

Entretanto, um deles realmente merece destaque: o *Regimento do Governo Geral do Estado do Brasil dado ao Mestre de Campo Roque da Costa Barreto*, em 1677 (55º doc., p. 739).

Este Regimento foi discutido e comentado em 1806, por D. Fernando José de Portugal e Castro — mais tarde, Marquês de Aguiar que foi vice-rei do Brasil, de 1801 a 1806 — quando pretendeu, dentro do clima reformista da época de D. Maria I, ratificar, corrigir, anular alguns itens, assim como acrescentar novos à lei que regia os governadores. A verdade é que, até aquela data, e desde 1677, este tinha sido o Regimento obedecido por todos os Governadores Gerais do Estado do Brasil (V. v.6 de *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1928, p. 356-357).

As Instruções a Roque da Costa Barreto eram condensadas de Regimentos anteriores, constituindo agora um todo mais funcional da administração e defesa. Os seus sessenta e um capítulos, passados pelo então regente D. Pedro II, a 29 de outubro de 1676, delinham exatamente a maneira da Metrópole ver, sentir a Colônia e o modo, que supunha ser o mais sábio, de governá-la.

Se para Charles Boxer, a "legislação portuguesa colonial era uma confusão de códigos manuelinos e filipinos, emendados e suplementados por um feixe de alvarás, cartas de lei, cartas-régias, provisões e outros decretos, editos e Instruções promulgados pelos monarcas sucessivos..." (cfr. no Prefácio), para outros historiadores — entre eles Oliveira Viana — o que é louvável no português é justamente essa capacidade de adaptação revelada pela criação de mecanismos de governo exigidos pelo Novo Mundo.

A leitura atenta do Regimento de Roque da Costa Barreto equivale a nítido esquema do poder e jurisdição da maior autoridade da Coroa no Estado do Brasil. Embora anterior à época pombalina, de reforço do poder central, ele já procurava cortar a força que os governadores gerais de capitâncias tinham adquirido após a Restauração. Assim é que no capítulo 39, o Rei afirma: "Hei por bem que por evitar as dúvidas que até agora houve entre o Governador Geral e o Estado, e o de Pernambuco e Rio de Janeiro, sobre a Independência que pretendiam ter do Governador Geral, declarar que os ditos governadores são subordinados ao Governador Geral e que não-de-obedecer a todas as ordens que ele lhes mandar..." (p. 904).

Desde a praxe de posse, passando pelas funções de propagação da Fé, conversão do gentio, pelas funções militares, pelo interesse de cultivo da terra, extração do pau-brasil, minas de salitre e pesca de baleia, passando pelas questões de funcionamento do sistema judiciário, do eclesiástico, pelo trâmites burocráticos da correspondência entre os governantes e os vários órgãos administrativos e o Rei, toda a ação do Governador Geral é prevista, controlada e justificada.

Assim, ao pesquisador de História colonial que, a cada passo de sua atividade, depara com a falta de material de referência da parte dos arquivos luso-brasileiros e, consequentemente, com a dificuldade de localização de fontes primárias, bem como conhecimento de seu conteúdo, a sistematização dos Regimentos, que o autor de *O Marquês de Pombal e o Brasil* ora apresenta, será de suma utilidade e proveito. — HELOÍSA LIBERALI BELLOTTO.

* * *

NASCIMENTO, Bráulio do — *Celso de Magalhães: A poesia popular brasileira*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1973 (Divisão de Publicações e Divulgação) 113 pp.

Celso de Magalhães (1849-1879) foi o iniciador da pesquisa de literatura oral no Brasil. A presente edição reproduz a série de dez artigos intitulada "A poesia popular brasileira" publicada no jornal *O Trabalho* de Recife, jornal quinzenal, que circulou provavelmente de abril a setembro de 1873. Com base na coleção do jornal *O Trabalho*, existente na Biblioteca Nacional, foi organizada esta edição que, além da reprodução dos artigos de Celso de Magalhães, é enriquecida com apresentação de Wilson Lousada, introdução e notas de Bráulio do Nascimento. Além disso, apresenta três textos de romances coletados por Celso de Magalhães e transcritos primeiramente por Sílvio Romero em *Cantores populares do Brasil* (Lisboa, 1888, v. 1 e na 2ª ed. Rio de Janeiro, 1897, sem indicação do coletador). São apresentados dois índices: de autores citados e de romances e outras manifestações folclóricas. Enriquecem o volume os "fac-símilis" de algumas páginas de *O Trabalho*, de *O Domingo* (onde foi iniciada a republicação dos artigos de C. M.) e da capa da *Revista Nacional* (que anuncia no segundo número a reprodução dos artigos de C. M.).

Na apresentação, Wilson Lousada fornece dados biográficos de Celso de Magalhães e ressalta a importância da série de artigos, valorizando o pioneirismo na coleta do material de literatura oral.

Fica claro o esforço de pesquisa e método de Bráulio do Nascimento. Além de informações que dá sobre C. M. e sua obra, de análise de textos, faz também o comentário crítico a respeito do conjunto da obra de Celso de Magalhães. O autor estudado coletou o material principalmente no Maranhão, em Pernambuco e na Bahia. Focalizando particularmente o Românceiro, fez um estudo comparativo das versões, assinalando e analisando os processos de adaptação e conservação dos romances no Brasil, tendo como ponto de partida as coletâneas de Almeida Garrett e Teófilo Braga.

Quanto aos fragmentos transcritos por C. M., Bráulio do Nascimento refere-se a eles dizendo que "representam precioso documentário para o conhecimento das verdadeiras condições de adaptabilidade do românceiro em terras brasileiras, bem como da extensão de sua difusão no século passado" (Introdução, p. 8). Segundo Bráulio, "as observações de Celso de Magalhães ao explicar a ausência de certos romances, que não conseguiram vivificar no Brasil, continuam válidas pela confirmação das pesquisas posteriores naquele e neste século." (Introdução, p. 8). Faz questão de frisar o critério de pesquisa de C. M., "critério de rigorosa fidelidade ao texto popular, reprovando em várias oportunidades a interferência do coletador" (Introdução, p. 8).

Em sua Introdução, Bráulio do Nascimento faz o histórico do gênero romance tradicional e de sua implantação no Brasil no século XVI. Nota-se, então, o vasto conhecimento que tem do românceiro popular, não só do Brasil, como de outros países onde há esta manifestação.

Além do comentário crítico da obra de Celso de Magalhães, o editor mostra a repercussão dos artigos na época em que foram publicados, seu sucesso — tanto que mereceram nova publicação no jornal *O Domingo* do Maranhão e retranscrição em grande parte por Sílvio Romero na *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro, tomos I-VII, 1879-1881) fazendo parte depois dos *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (Rio de Janeiro, Tip. Laemmet, 1888), ampliando assim a área de divulgação das pesquisas de Celso de Magalhães. O editor também faz o comentário da publicação em livro de *A poesia popular brasileira* de C. M. em 1966, no Maranhão, organizada por Domingos Vieira Filho.

A seguir, ainda nesta Introdução, Bráulio traca o panorama da pesquisa do romance popular no Brasil, do século XIX ao XX, mostrando como vem se desenvolvendo o trabalho, citando vários pesquisadores que têm se dedicado ao assunto e estabelecendo estatisticamente a quantidade de romances e versões que vêm sendo coletados.

É preciso que se aponte ainda o espírito de síntese e objetividade da Introdução de Bráulio do Nascimento. Referindo-se à presente edição de *A poesia popular brasileira*, explica seus propósitos: "Não se objetivou organizar uma edição crítica de 'A poesia popular brasileira', mas simplesmente apresentar um texto fideliígno e reunir alguns romances para restituir a Celso de Magalhães a autoria da coleta" (Introdução, p. 22). Ressalta ainda a importância das pesquisas de C. M. em dois aspectos: "a orientação segura e correta dada ao estudo da literatura oral, que pela primeira vez se realizava sistematicamente entre nós, e a informação ampla sobre romances peninsulares aclimatados no Brasil". (Introdução, p. 22). Diz ainda: "O material que divulgou em seus artigos constitui fonte indispensável para o estudo do romancero tradicional" (Introdução, p. 23).

Finalizando, marca o critério que utilizou para o estabelecimento do texto: atualização ortográfica, correção de erros tipográficos, desdobramento de algumas abreviaturas, complementação das indicações bibliográficas e cotejo das citações com as fontes. As correções e notas acham-se indicadas em colchetes no final da série dos artigos. Além disso, há a inclusão de índices de autores, de romances e de outras manifestações folclóricas.

Quanto aos textos de Celso de Magalhães, pode-se fazer ainda alguns comentários. Lendo seus artigos, percebe-se a importância que dava ao princípio de raça: a raça como o fator responsável pela qualidade cultural de um povo. Refere-se à cultura brasileira da seguinte maneira:

"Se outra fosse a nação que descobrisse o Brasil, uma nação da raça germânica, da anglo-saxônica, por exemplo, cremos que seria outra a nossa política, a nossa arte, a nossa literatura e a nossa religião". (*A poesia popular brasileira*, p. 42).

Celso de Magalhães negou a influência indígena em nossas tradições e também não viu com bons olhos a penetração dos costumes negros em nossa cultura popular:

"Se há na raça humana alguma coisa de bestial — o africano a possui" (p. 44) "Trouxe mal. Deturpou a poesia, a dança e a música" (p. 45).

Silvio Romero, contemporâneo de C. M., em *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1), referindo-se a ele diz:

"O moço crítico foi neste ponto vítima de um exagero reacionário. (...) Celso entrou na reação por mim promovida contra semelhante despropósito e excedeu-se" (p. 48) "Nós vimos que ele dava toda a importância ao princípio da raça no estudo das criações literárias e anônimas. Entretanto, desdenhando duramente o caboclo e o negro, ficou desconhecendo o mestiço, e perdeu assim a melhor base que poderia encontrar para o desenvolvimento de sua teoria". (p. 51). Esta opinião de Silvio Romero é citada na presente edição, à página 105, na nota nº 4 de Bráulio do Nascimento aos textos de C. M.

No artigo nº 10, publicado em *O Trabalho* de 31-08-1873, Celso de Magalhães relatou as impressões que teve de festas populares de Pernambuco, do seguinte modo:

(1) Romero, Silvio — *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. Laemmert, 1888.

"O matuto é estúpido, mas não é muito brigador. O capadócio é intolerável. Temos assistido a diversas festas de arraial, populares, a presepes, sambas etc. Nunca nos aconteceu ser recebido franca e hospitaleramente. Há sempre desconfianças, malas palavras e olhares provocadores. No fim contam-se algumas bofetadas, puxam-se por vezes as navalhas e perfuram-se não raras os ventres dos assistentes.

"As cantigas são obscenas. Elas uma delas, única talvez que possa ser publicada e aliás lindíssima:

Duas cousas me contentam,
e são da minha paixão:
perna grossa cabeluda,
peito em pé no cabeção." (*A poesia popular brasileira*, p. 87-8)

Infelizmente, Bráulio do Nascimento não faz nenhuma referência ao ponto-de-vista de C. M. no que diz respeito às manifestações populares e como isto interferiu na apresentação do material coletado, do qual grande parte deve ter sido omitida por ser considerada obscena e de inferior qualidade.

Com esta edição, a Biblioteca Nacional, em seus esforços no campo de estudos da cultura popular, lança mais uma obra que deve ser conhecida por aqueles que se dedicam ao estudo da poesia popular no Brasil. — MARIA IGNEZ MOURA NOVAIS.

* * *

PEREIRA, João Baptista Borges — *Italianos no mundo rural paulista*. S. Paulo, Livraria Pioneira Editora — Instituto de Estudos Brasileiros — USP, 1974.

Antropólogo, cujas preocupações de há muito revelam-se voltadas para o problema dos componentes étnicos da sociedade brasileira e implicações das resultantes, João Baptista Borges Pereira vem, nesse sentido, contribuindo de maneira efetiva para a interpretação e compreensão de aspectos socialmente relevantes da vida nacional.

Com trabalhos já publicados de grande valia para os estudiosos de Sociologia e de Antropologia Social, como é *Côr, profissão e mobilidade — O negro e o rádio de São Paulo* — para citar apenas este — que, entre outros méritos, abriu perspectivas amplas de avaliação do papel do negro na luta pela ascensão social numa sociedade como a brasileira, cuja estrutura vem sofrendo constantes reajustamentos, João Baptista Borges Pereira surge, agora, com novo trabalho dentro da linha de estudos de grupos minoritários; desta vez, enfocando um núcleo de imigrantes italianos. Em linguagem clara e precisa, o que vale dizer atraente e ao alcance de todos os estudiosos de problemas sociais, com *Italianos no mundo rural paulista*.

Nas 192 páginas do livro, o Autor objetiva apreender a dinâmica do processo de integração "in fluxo", isto é, em uma paisagem humana que freqüentemente se altera pelo retorno de elementos componentes à terra de origem e pela vinda de outros que passam a fazer parte do quadro comunitário. Assim, tomou como campo de pesquisa o núcleo de imigrantes italianos de Pedrinhas, situado na Alta Sorocabana, Estado de São Paulo, cujos membros começaram a chegar ao Brasil depois da segunda guerra mundial ou, mais especificamente, a partir de 1953.